

Integração em perspectiva: relações interétnicas na Dinamarca

Flora Botelho

Graduanda do curso de Ciências Sociais da UFMG

Palavras chave: Imigração na Dinamarca; Crianças Imigrantes, Políticas de Integração;

Key words: Immigration in Denmark; Immigrant Children; Integration Policies;

"É que Narciso acha feio o que não é espelho..."

Caetano Veloso

RESUMO: O artigo aborda a relação da sociedade dinamarquesa com diferenças culturais com base nas políticas públicas voltadas para integração de crianças imigrantes em idade pré-escolar. Os esforços em prol da inserção de crianças imigrantes na sociedade acabam por demarcar a diferença. Investigo as causas de tal paradoxo, propondo que ele resulta de suposições que se consistem integrar nesse contexto, onde a noção de igualdade é associada à idéia de uniformidade. Concluo que o resultado ambíguo do emprego do termo integração é derivado de uma crença generalizada de que, para se pertencer em igualdade à sociedade dinamarquesa, é necessário ser semelhante.

ABSTRACT: The article approaches the relation of Danish society with cultural differences based on integration policies for immigrant children in preschool age. It's found that the efforts towards the integration of immigrant children in the society lead to the marking of difference. I investigate the causes of such paradox, suggesting that it results from the assumptions of what integrate consists in this given context, where the notion of equality is associated to the idea of sameness. I conclude that the ambiguous results of the use of the term integration come from a generalized belief that, to belong in the Danish society it is necessary to be alike.

Ponto de Partida

Esse artigo expressa minhas primeiras reflexões sobre a realidade que experienciei ao viver fora do Brasil. Durante minha estadia na Dinamarca, foi inevitável perceber a grande atenção dada ao fenômeno da imigração, e a forma como esse tópico mobiliza discussões em todos os níveis. Entre diversos aspectos desse contexto, a forma como a Dinamarca trata a questão da integração dos imigrantes à sociedade em suas políticas públicas veio a ser o mais interessante pra mim. Investigar esse tema se manifestou como uma possibilidade de acessar concepções e ações dinamarquesas mais amplas disparadas pelo contato com a diferença.

O contexto que analiso está interconectado com diversas esferas, dentre elas políticas nacional e internacional, economia, interesses privados, estratégias partidárias, acordos da União Européia, contexto político e social em países da África e da Ásia e a volta do pensamento conservador na Europa. Eu não pude abordar nem mesmo compreender a dimensão contextual do tema durante a escritura desse artigo, mas o vim a fazer em uma pesquisa posterior mais longa que resultou em meu trabalho de conclusão de curso. O artigo aqui presente é válido, contudo, enquanto expressa uma análise das relações interculturais estabelecidas entre

dinamarqueses e imigrantes a partir de uma percepção construída durante os primeiros quatro meses morando na Dinamarca. Apesar de abarcar apenas um recorte dessa realidade, as impressões aqui espessadas são coerentes com as descobertas que vim a fazer posteriormente, e válidas enquanto ponto de partida para uma pesquisa que ainda não terminou.

Meu interesse por relações interétnicas nasceu no Brasil, no contato com questões quilombolas e relações raciais. Entendo, a partir desse contexto, que as diferenças étnicas são vividas hoje enquanto um desafio em nosso país quando se evoca a desigualdade inerente a essas diferenças. O Brasil, que também passa por reformulações do que significa ser brasileiro teve ao longo de sua história relativamente curta, políticas de branqueamento e discriminação institucionalizadas, de aculturação dos índios e sujeição de povos nativos e descendentes de africanos aos valores europeus, através da catequização e da criminalização de suas práticas culturais. Hoje, não sem reminiscências das concepções etnocêntricas, a diversidade é clamada como um atributo positivo na bandeira nacional, e aqueles que lutam pela inclusão de minorias não buscam uma homogeneidade cultural, mas sim uma dissociação entre a idéia de diferença e a idéia de desigualdade, e o estabelecimento de direitos iguais independentes do conteúdo cultural (Pierucci; 1998)¹. Essa

¹ O texto "Cidades da Diferença" apresenta um argumento complexo sobre prós e contras de se levantar a bandeira da diversidade na luta pela igualdade de direitos. A discussão poderia ser relevante para o presente trabalho, mas ultrapassa o enfoque que escolhi. Minha intenção em citá-lo é a de apenas apresentar a relação com a diferença e a desigualdade no Brasil como o autor a vê nos dias atuais.

era a bagagem que eu trazia quando entrei em contato com o contexto vivido atualmente na Dinamarca, onde minha perspectiva sobre a dinâmica brasileira se tornou mais positiva – e por certo mais romantizada – ao perceber que a estratégia para se relacionar com as consequências da imigração lá é outra. Viver nesse contexto social tão diferente me motivou a investigá-lo e refletir sobre ele.

Quando digo que minha perspectiva sobre o Brasil se tornou mais romantizada, refiro ao que acredito ser uma reação comum a estar longe de casa. O Brasil me pareceu muito mais perfeito do que é enquanto estive na Dinamarca. Mas acredito que minha visão se tornou mais positiva também porque tive a oportunidade de reconhecer e valorizar fatos reais quando tomei distância, dito as novas políticas de inclusão. As impressões que expressei neste artigo nascem de uma interpretação das políticas e práticas correntes na Dinamarca que contrasta com as novas posturas adotadas no Brasil frente à diversidade, posturas que vêm aos poucos se tornando mais expandidas.

A Dinamarca, com seu território de 43,098 quilômetros quadrados e 5,5 milhões de habitantes (UN 2008) é o extremo oposto do Brasil. Com uma raiz cultural homogênea, os dinamarqueses constroem e reforçam sua identidade social se contrastando aos seus – muito parecidos – vizinhos escandinavos e a outros países europeus (GOPAL, 2004, p.80). Todo e cada um de seus hábitos culturais é potencialmente uma reificação da identidade nacional, e quase todos esses hábitos são compartilhados por todos aqueles que se proclamam dinamarqueses. Esse contexto, somado a um Estado de bem-estar social extremamente eficiente em promover igualdade e qualidade de vida, faz da Dinamarca o ideal vivo da coesão social.

Niels Kærgård conta sobre a formação do Estado dinamarquês em um artigo chamado *The foundation for the Danish Welfare State: Ethnic, Religious and linguistic harmony* (2006). O Estado de bem-estar social dinamarquês fundou-se no chamado modelo nórdico, e baseia-se nas iniciativas dos próprios cidadãos, que em meados do século XIX começaram a formar cooperativas com fundo de assistência para os membros que precisassem, e estas cooperativas conseguiram posteriormente o apoio do Estado. As primeiras surgiram entre os produtores de laticínios e os donos de matadouros. Em 1914 já haviam 1.249 cooperativas, e o que elas buscavam era a segurança coletiva do grupo associado, garantindo então apoio financeiro em caso de desemprego e falência. O Estado desenvolveu-se no sentido de se responsabilizar por isso, e garantir cada vez mais benefícios sociais através da alta taxa de impostos. No período entre guerras o setor público cresceu em todos os níveis, se tornando o provedor de saúde, educação, aposentadoria e seguro de desemprego. Após a segunda guerra ele se tornou ainda maior, e promoveu mais benefícios como a redução da jornada de trabalho, férias mais longas e licenças garantidas (KÆRGÅRD 2006, p. 4 e 5).

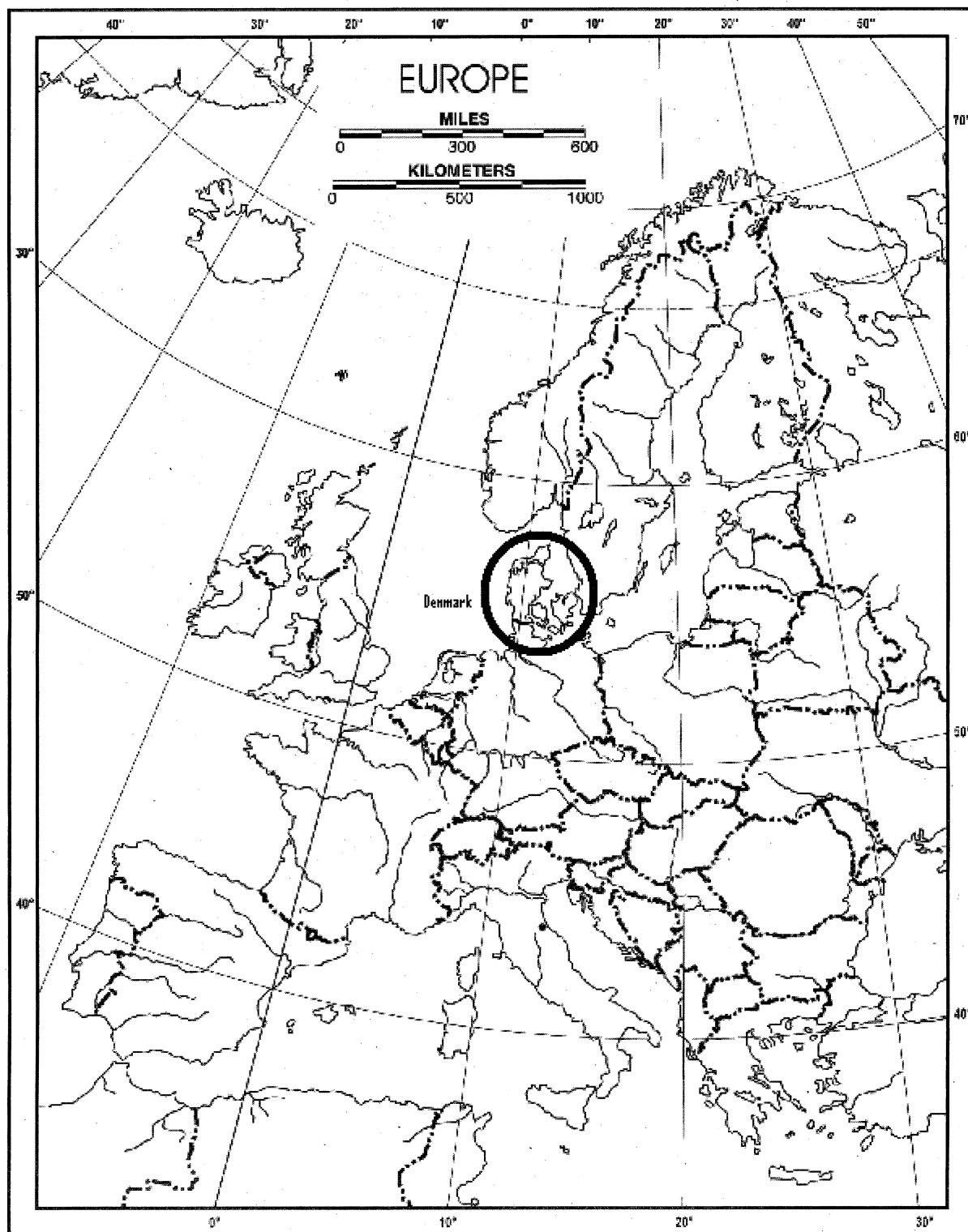
O argumento do autor baseia-se na premis-

sa de que tal Estado só pode se formar e se manter em sociedades pequenas com alto grau de coesão social uma vez que ele é iniciativa dos próprios cidadãos. Kærgård afirma que o modelo nórdico de Estado de bem-estar social depende da solidariedade entre os membros, e que essa solidariedade é resultado de um sentimento de pertencimento e semelhança cultural (KÆRGÅRD 2006, p. 3); argumento esse altamente difundido no discurso corrente no país. A “harmonia étnica, religiosa e linguística” (KÆRGÅRD 2006) da nação é fundamentada na história, que remonta à era viking, e é entendida como uma linha contínua de construção da nação que eles são hoje. A forma como a história da nação dinamarquesa é contada ilustra os resultados da fase da segunda geração da construção das nações europeias descrita por Benedict Anderson, quando ocorre “um despertar modular e ‘contínuo’ de um cochilo cronologicamente medido no estilo d.C.: um retorno garantido a uma essência aborígine” (ANDERSON 2008, p. 266) que no caso dos países nórdicos é uma essência viking. Conta-se que a Dinamarca é provavelmente o reino mais antigo do mundo, e permaneceu circunscrito ao mesmo território que ocupava no século IX. A família real de hoje é da mesma linhagem do rei Gorm, o Velho, que governou até o ano de 958 (Kongehuset <<http://kongehuset.dk/monarkiet/stamtraeer/gorm>> 05/10/2010). Eles passaram pelo processo de cristianização no início do século XI, quando se tornaram luteranos. Falam uma só língua e se consideram todos descendentes de antepassados comuns que compartilham dessas raízes. Pode-se entender a construção histórica da homogeneidade da população como resultado do processo descrito por Benedict Anderson; um contínuo ‘esquecer’ e ‘lembrar’, no qual remonta-se a história em “determinados enredos” (ANDERSON 2008, p. 296), de modo a recontar fatos como pertencentes a história da nação alegando terem sido esquecidos e estarem sendo agora lembrados (ibid, p. 274), e dessa forma transformando-os em uma linearidade que reafirma o destino comum do povo, e reifica os elementos nacionais (ibid, p.35).

Existe uma ênfase dada ao fato de que o território da Dinamarca hoje é o mesmo do início de sua história. O reino já passou por várias transformações, tendo períodos em que estavam submetidos à Alemanha, outros em que dominavam parte da Suécia, e outro ainda em que a Noruega inteira estava sob a soberania do rei dinamarquês. Houveram invasões vikings no Reino Unido, e o norte da Alemanha pertenceu a Dinamarca por muitos anos. Hoje eles se resumem ao território ‘original’, sendo toda a área nacional falante do dinamarquês, ao contrário do que ocorreu durante os períodos de dominação e subordinação. A ênfase nessa unidade linguística e ancestralidade territorial, característica do nacionalismo (HUTCHINSON & SMITH 1994, p. 6), expressa a construção feita hoje da identidade cultural-nacional da Dinamarca. Stolke enfatiza que a retórica política em voga na Europa afirma uma relação inseparável de cultura e território, como mostra a elaboração de Alfred Sherman, diretor do Instituto de Estu-

do de Políticas Públicas de Direita, que justifica a aversão aos imigrantes afirmando tendências naturais do homem de escolher viver entre seus (culturalmente) semelhantes e rejeitar o diferente, e o instinto de defender seu território (in

BARKER 1981 *apud* STOLKE 1995, p.3). Como Stolke afirma, "A identidade coletiva é cada vez mais concebida em termos de etnicidade, cultura, patrimônio, tradição, memória e diferença [...]" (STOLKE 1995, p.4).



Mapa 1

Considerando esse contexto ao olhar para o fluxo recente de imigração que o país tem experienciado, é interessante questionar como o súbito contato com a diferença e, simultaneamente, com a desigualdade é incorporado ao pensamento social dinamarquês. Com que estratégias a sociedade e os governantes lidam com a situação, e até que ponto o multiculturalismo e a identidade étnica podem ser realmente

entendidos e conformados às concepções dinamarquesas?

Essas questões surgiram e se desenvolveram em meu contato com as novas políticas de integração do governo dinamarquês direcionadas às crianças imigrantes em idade pré-escolar. Vim a conhecer tais políticas por meio dos artigos de Helle Bundgaard & Eva Gulløv *Targeting Immigrant Children: Disciplinary Rationales*

in *Preschool (2008)* e *Children of Different Categories: Educational Practice and the Production of Difference in Danish Day-Care Institutions (2006)*², e em função de visitas que fiz à creche da Cruz Vermelha Dinamarquesa para filhos de famílias requerentes de asilo.

O desafio social apresentado por essas minorias é encarado pelo governo dinamarquês de forma muito particular, que revela uma concepção mais geral sobre o que é diferença e qual é o significado de se pertencer à sociedade dinamarquesa. Eu pretendo explorar esses construtos a partir do emprego do conceito de integração nas políticas mencionadas e nas pré-escolas. A ênfase na importância de se expor os imigrantes a elementos e conteúdos culturais dinamarqueses revela a forma específica com que essa sociedade se relaciona com a diferença. Minha interpretação do conceito de integração se apoia no argumento de Gopal de que na Dinamarca igualdade é visto como uniformidade³ (GOPAL, 2004).

Afinal, o que é considerado integração na Dinamarca?

A discussão sobre o problema representado pela imigração na Dinamarca parece girar em torno do conceito integração. No Brasil, o discurso de combate à desigualdade é hoje sustentado pelo termo inclusão. A primeira vista os dois termos encerram a mesma idéia – promover igualdade, pertencimento e participação ativa. Contudo, eu comecei a suspeitar que a idéia de integração implicava em diferentes conceitos de igualdade, pertencimento e participação ativa. De acordo com as definições dos dicionários Oxford e Collins⁴, integrar é “incorporar, tornar inteiro, unir, unificar, adaptar” (OXFORD, 1993, p. 147). Quando se está integrado, “comportase de tal maneira a se tornar parte do grupo e ser aceito dentro dele”, se está “combinado em um só, unido, indivisível” (ibid). Integrar uma coisa com outra é “fazer com que as duas se tornem intimamente conectadas e formem parte de um único sistema ou idéia.” (COLLINS, 2003, p.97). Enquanto o conceito de integração implica transformar no mesmo, incluir é “compreender, englobar, envolver, tornar contido como elemento subordinado. Estar incluído é ser parte, figurar com, pertencer entre outros” (OXFORD, 1993, p.143). É “ser uma das partes de um grupo” (COLLINS, 2003, p.95). Na definição destes conceitos reside o ponto de partida para a questão central deste artigo: em que implica a diferença entre *tornar-se parte do grupo e tornar-se uma das partes do grupo*?

Ao olhar para as políticas direcionadas à integração de crianças imigrantes é possível ver que o conceito de integração de fato contém a idéia de tornar essas minorias cidadãos dinamarqueses; e de que ser um cidadão dinamarquês é ter sido exposto a uma certa criação com elementos culturais específicos. O relatório OECD⁵ sobre Políticas em Educação e Cuidado na Primeira Infância na Dinamarca⁶ reforça o papel central das instituições pré-escolares na socialização de imigrantes ou crianças bilíngues (referindo-se às crianças cuja língua materna não é o dinamarquês e que não o aprendem até que entrem em contato com a sociedade (OECD Report 2000, p.39)). De acordo com a cláusula relativa aos novos Danes –imigrantes e refugiados especificamente da Turquia, Paquistão, Iugoslávia, Iran, Palestina e Somália que possuem raízes culturais e valores distintos e, portanto compõem o alvo das preocupações quanto à integração (ibid, p.39) – “para garantir integração adequada de crianças bilíngues, é importante que estas tenham uma vaga em instituições pré-escolares” (ibid, p.39). O papel das instituições é reforçado como “papel preventivo e integrativo” e, portanto, as “autoridades públicas estão fazendo um grande esforço, por exemplo por meio das atividades de visitantes da saúde, para integrar os jovens novos Danes por meio de instituições pré-escolares” (ibid, p.39), começando por estimular famílias imigrantes a matricular seus filhos em uma creche.

No artigo *Targeting Immigrant Children: Disciplinary Rationales in Danish Preschools*, Hele Bundgaard e Eva Gulløv apresentam o processo de implementação de uma política municipal que visa estar a proficiência das crianças imigrantes na língua dinamarquesa em duas pré-escolas na Dinamarca, procedimento esse parte do Plano Geral para Melhor Integração⁷ (OECD Report 2000, p. 39). Como as autoras mostram, o episódio assinala uma lacuna entre a real intenção do governo de se avaliar as crianças – produção de dados para o posterior desenvolvimento de mecanismos que possam garantir que essas crianças sejam fluentes em dinamarquês no momento em que atingem a idade escolar – e as consequências no nível micro, que podem se resumir na demarcação das crianças imigrantes em seu ambiente social, baseada em suas origens étnicas distintas. O episódio também deixa claro o papel diferenciado que as famílias imigrantes ocupam na sociedade dinamarquesa.

A política focada na integração, como narra o artigo, levou à segregação quando posta em contato com idéias pré-concebidas sobre as categorias das crianças imigrantes, trazidas à tona pelos educadores e pelas próprias famílias. O artigo descreve a forma como a equipe da

² Em português, “Enfoque nas crianças imigrantes: racionalidades disciplinares na pré-escola” e “Crianças de diferentes categorias: Práticas educacionais e a produção da diferença nas instituições pré-escolares dinamarquesas”.

³ Escolhi uniformidade como a tradução mais próxima de sameness, um conceito construído e imbuído de significado pelo referido autor.

⁴ Foram mantidas as definições dos termos “integrate” e “include” por serem esses os termos empregados no artigo original, na bibliografia utilizada e no debate corrente no país. O dicionário Aurélio (1993) confirma a correspondência de significado com os termos integrar e incluir, excluídas pequenas variações.

⁵ OECD = Organization for Economic Co-operation and Development (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico)

⁶ Nome original do relatório: OECD Report on Early Childhood Education and Care Policy in Denmark.

⁷ Overall Plan for Improved Integration



pré-escola executou a avaliação da proficiência das crianças, mostrando que o que foi levado em conta dizia respeito a aspectos de diferenças culturais de criação, apresentados como se fossem relacionados às habilidades das crianças na língua dinamarquesa. O teste em proficiência abriu, dessa forma, espaço para a expressão de julgamentos morais sobre as famílias imigrantes por parte da equipe educadora. Um exemplo disso é a relação, estabelecida por uma educadora, entre a escolha da mãe do momento para ensinar seu filho a usar o banheiro (a educadora considerou muito cedo) e o comportamento 'frustrado' da criança na instituição⁸, tudo isso descrito no formulário oficial para o teste de proficiência (BUNDGAARD & GULLØV 2008, p.47- 48). Uma das consequências da referida avaliação foi a preocupação da mãe com os resultados negativos que sua forma de criar o filho poderiam trazer, quando relatados às autoridades, para o futuro do filho na Dinamarca. Ela, aceitando a autoridade da professora em prover orientação para o comportamento adequado na sociedade dinamarquesa, reproduz o discurso do regime disciplinar para produção de "cidadãos bem integrados e moralmente bons" (ibid, p.48), e ela o faz porque reconhece seu lugar na sociedade como diferenciado e inferior, e projeta esse reconhecimento no desejo de garantir ao seu filho um lugar de igualdade (ibid, p.48).

O que me chamou atenção na descrição dessa interação entre instituição e famílias foi o fato de que a posição de autoridade é ocupada pelo educador, como Bundgaard e Gulløv afirmam. Em outro artigo, elas escrevem:

"apoiada pelo sistema institucional, ela [a professora] tem o direito legítimo de definir como se comportar de forma socialmente adequada. (...) categorias de ascrição são impostas a algumas crianças em particular e às suas famílias em uma instituição pré-escolar pública" (BUNDGAARD & GULLØV 2006, p. 150, grifo meu).

Minha experiência com crianças pequenas no Brasil foi, em grande parte, em contato com crianças de classe média e alta. Trabalhei em uma pré-escola particular e vivi cercada de pessoas deste círculo social também em minha vida pessoal. Neste contexto específico, minha impressão das concepções culturais sobre criação e das relações entre instituição e família no Brasil é a de que as instituições fazem o melhor para se adequarem às necessidades e desejos dos pais, e dificilmente estão em posição de dizer aos pais como criar seus filhos. Na Dinamarca, aparentemente, a instituição tem a autoridade e o maior conhecimento em criação, e é sua responsabilidade dizer aos pais como fazê-lo quando julga-se necessário. Em minha visita à creche para os requerentes de asilo, a educadora que me recebeu afirmou que "se nós sabemos que a mãe está alimentando à criança com algo que não é saudável, nós temos que conversar com ela e dizer a ela o que dar à

criança, porque se nós sabemos, porque nós estudamos, nós temos que dizer-lhes" (notas de campo). Outra pré-concepção expressa nesse depoimento, e da qual não compartilhamos no Brasil, é a de que criação é uma questão de conhecimento científico e educação. No Brasil, ao contrário, a criação é vista como algo natural, quase instintivo, e pessoal, e por isso não está em posição de ser criticada a partir de uma relação desnivelada de autoridade como aparentemente acontece entre instituição e família na Dinamarca.

Se instituições educacionais detêm autoridade no que é considerado certo em criação, as consequências dessa forma de se pensar se tornam complicadas quando educadores lidam com pais imigrantes. Apesar de que os educadores estejam cientes das diferenças culturais e da necessidade de se respeitá-las, a ideia de que eles sabem mais permanece emaranhada nas relações, e aparece nas entrelinhas quando das interações com os pais. Essa autoridade se mescla com pré-concepções difundidas na sociedade sobre certas práticas culturais diferentes trazidas pelos imigrantes. Como observado por Bundgaard e Gulløv, professores nas creches usam a palavra 'estrangeiro' para se referir as famílias do Oriente Médio, enquanto pais de países ocidentais não se enquadram nessa categoria (BUNDGAARD & GULLØV 2006, p.149); da mesma forma como foi feita a diferenciação no relatório oficial da OEDC entre famílias de determinados países que não compartilham de uma raiz cultural ocidental (referido acima, p. 4). Essa diferenciação está enraizada em uma caracterização dos imigrantes do Oriente Médio amplamente difundida na Europa atual por partidos conservadores anti-imigração, que alegam que os problemas sociais e econômicos vividos hoje são causados pela entrada desses imigrantes, retratados no já conhecido estereótipo que mistura as ideias de uma religião islâmica anti-secularista, uma mentalidade política ditatorial e machismo para criar o inimigo da democracia e liberdade e encarná-lo no imigrante (STOLKE 1995). Sem me adentrar nos motivos e efeitos de tal discurso, afirmo que há uma correspondência entre ele e o imaginário do senso comum dinamarquês, como fica explícito na utilização do termo 'estrangeiro' na pré-escola. Essa caracterização se combina com a autoridade detida pelos professores em definir o que é adequado em matéria de criação, promovendo oportunidades de criticar e rejeitar a diferença. Bundgaard e Gulløv decrevem um episódio muito ilustrativo dessa fricção, relatando como uma professora demandou de uma mãe imigrante que ela mandasse doces para a escola para celebrar o aniversário de seu filho, mesmo depois da mãe ter expressado que aquilo não era importante na família. A educadora, partindo de suas próprias concepções do que é importante para as crianças, afirmou que a mãe não tinha direito de ir contra as decisões da instituição, e que ela simplesmente tinha que mandar algum doce. (BUNDGAARD & GULLØV 2006, p.152). A dificuldade

⁸ Na Dinamarca a idade normal para se tirar as fraldas das crianças é, média, 3 anos e meio, dois anos mais tarde do que a média no Brasil.

em se relacionar com a diferença é expressa em um exercício de autoridade que permite colocar "a percepção da diferença (...) formulada como um julgamento moral" (ibid, p.72).

Esses eventos apontam para o fato de que as crianças dinamarquesas são criadas de forma bastante similar, e que todos esses elementos comuns são considerados essenciais para se ter uma boa infância e se tornar "pessoas funcionais e cidadãos dinamarqueses" (BUNDGAARD & GULLØV 2006, p.54). A educadora da Cruz Vermelha me explicou que a creche é o único lugar onde as crianças requerentes de asilo acessam elementos da infância dinamarquesa, e estes são muito importantes para que elas se integrem ao mundo lá fora (notas de campo), mostrando como a percepção desses elementos está fundida à perspectiva de uma boa constituição cívica. Essa é a expressão final de como os construtos produzidos por instituições e Estado – aqueles que têm voz produzindo discursos – são reproduzidos por todos envolvidos em educação e criação, incluindo as próprias famílias de minorias, que passam a buscar se enquadrar nesse comportamento que lhes é apresentado como o adequado. Como no caso os elementos da infância dinamarquesa são elencados como imprescindíveis, o resultado é a manutenção da inferioridade de alguns traços culturais, que carregam elementos distintos.

Presenciei situações que me pareceram exemplos da forma como esses ícones culturais são trazidos para a vida das famílias imigrantes através das crianças, em um movimento que parte tanto das educadoras como das famílias. Um deles diz respeito à adoção de um hábito particular: as crianças dinamarquesas dormem o sono da tarde fora de casa, em carrinhos de bebê. As crianças da creche da Cruz Vermelha também eram postas em carrinhos pelas educadoras para dormirem, e aquilo nunca havia sido questionado. Apesar disso, todas as mães expressaram em conversas informais comigo que achavam aquele hábito estranho, e afirmaram que "em seus países as crianças dormem em camas" (ao que respondi "no meu também") (notas de campo). Mesmo conscientes de seu estranhamento, essas mães nunca o disseram às educadoras. Outro evento que me pareceu exemplar foi o aniversário de uma criança de família indiana que frequentava essa mesma creche. Na Dinamarca, todos os aniversários são decorados com bandeirinhas, da Dinamarca. Quando essa criança completou 2 anos, sua mãe foi convidada a fazer um bolo e levá-lo para a celebração na creche. No momento da festinha, a educadora trouxe bandeirinhas e perguntou para a mãe se ela gostaria de tê-las espetadas no bolo, ao que ela respondeu que sim. Podem ser muitos os significados desse gesto, mas acredito que um deles é esse movimento de incorporação dos elementos identitários dinamarqueses, ainda que esses elementos não sejam entendidos nos termos nativos, mas talvez em termos de via para o pertencimento.



Foto: Flora Botelho

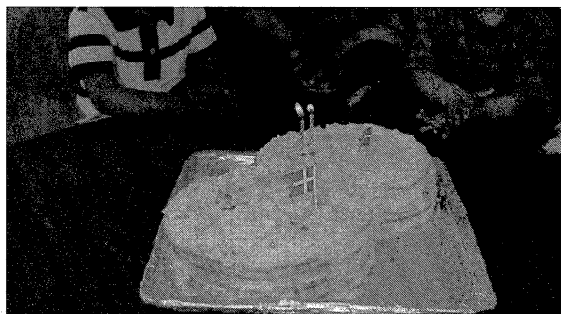


Foto: Flora Botelho

A antipatia à diferença

Através das diferentes racionalidades expressas pelas políticas públicas dinamarquesas, as práticas das instituições educacionais, as concepções do senso comum dinamarquês e das próprias minorias em relação às crianças imigrantes, é possível detectar uma pressuposição comum e central que reside no aqui explorado conceito de integração. Independentemente das diferentes abordagens feitas por cada uma das esferas que se relacionam com o assim chamado "problema", todas elas partem da pressuposição primeira de que a chave fundamental para se permitir pertencimento à sociedade aos novos Danes é a homogenização.

Em uma cultura homogênea como a dinamarquesa, onde a semelhança generalizada está nas remotas raízes culturais comuns, no fenótipo nórdico, no tamanho do território e nas condições oferecidas pelo Estado de bem-estar social, diferenças aparecem como um corpo estranho que desafia as formas conhecidas de interação. Kusum Gopal, no artigo *Janteloven, The Antipathy to Difference; Looking at Danish Ideas of Equality as Sameness*⁹, busca traçar uma caracterização do ethos dinamarquês através dos 10 mandamentos da lei de Jante, que servem como linha guia para a moralidade da população de forma conscientemente reconhecida por eles. O trabalho de Gopal trata aspectos da ascripção indentitária dinamarquesa como especificidades do conteúdo cultural deste povo. Ele afirma que "[o] que é facilmente aparente na cultura dinamarquesa é que a expressão de autonomia individual está circunscrita por formas prescritas de expressão pública. Apenas alguns tipos de self são aceitáveis, e o individualismo desgovernado no espaço público não é permitido"¹⁰ (GOPAL 2004, p.66). Considero sua abordagem um tanto controversa; contudo,

⁹ Em português: "Janteloven, A Antipatia à Diferença; olhando para as concepções dinamarquesas de igualdade enquanto sameness".

muitos dos elementos coletados pelo autor para caracterizar essa circunscrição às formas prescritas de expressão pública ajudam a pensar a realidade dinamarquesa. Considere essa caracterização válida desde que seja levado em conta que não há nada de fixo ou absoluto nos elementos evidenciados. A realidade apresentada é situacional e se apresenta como resultado de uma construção produzida pelo autor. Ainda assim, é interessante entender que tipo de pessoa é essa que se deve ser para pertencer ao grupo dos dinamarqueses, ou seja, quais características são eleitas por eles para diagnosticar o pertencimento, especialmente em um contexto como o atual onde essas são características mais que nunca conscientes e reificadas no discurso e no contato com os imigrantes.

O autor apresenta a impressão de que há uma tendência de se inferiorizar tudo que não é o mesmo, reproduzindo as palavras de Gullestad: "é inconcebível para um norueguês (e eu adicionaria nesse sentido até mesmo os dinamarqueses) ver pessoas como diferentes e em igualdade ao mesmo tempo" (GULLESTAD; 1996 apud GOPAL 2004, p.72). Uma vez que as idéias de diversidade e igualdade são inconciliáveis, a perspectiva de se manter a igualdade necessariamente depende da homogenização. "Tradições igualitárias, portanto, não são necessariamente sobre uma uniformidade inerente, mas sobre uma forma concreta de se assegurar a manutenção da uniformidade através da subestimação de outras diferenças" (GULLESTAD 1996 apud GOPAL 2004, p.68).

Gopal mostra como a dificuldade de se relacionar com a diferença é expressa explicitamente nas afirmações dos dinamarqueses, como nesse diálogo significativo sobre os groenlandeses que ele manteve com um taxista:

"Nós dinamarqueses fizemos tudo que pudemos para ajudar essas pessoas, mas eles são teimosos demais. Eles não aproveitam as oportunidades que são dadas a eles para melhorarem a si mesmos e se tornarem como nós." [Gopal se aventura] 'Talvez eles queiram continuar como seus antepassados e se sentirem como groenlandeses e não queiram ser como os dinamarqueses.' 'Bom, agora é tarde para isso... eles moram aqui', ele respondeu" (GOPAL 2004, p.72; grifo meu)

Tal afirmação nos faz atentar para duas coisas – uma é a pressuposição de que não apenas é possível, mas também obrigatório a qualquer um que viva na Dinamarca se tornar dinamarquês. A segunda é a superioridade em ser dinamarquês. Se entre eles os dinamarqueses são todos iguais, quando se trata de pessoas de fora eles têm certeza de que são melhores. Essa é uma combinação perigosa quando se manifesta na forma como as instituições lidam com crianças imigrantes e suas famílias. Ainda que os educadores não

as afirmem explicitamente, essas suposições permanecem nas relações vivenciadas nas creches, e são transmitidas às crianças que frequentam o lugar, no processo aparentemente paradoxal de se 'demarcar e silenciar diferenças' simultaneamente (BUNDGAARD & GULLØV 2006). Esse é um dos prováveis indicadores para se explicar porque essas crianças estão brincando separadas das crianças dinamarquesas antes de completarem quatro anos de idade, reproduzindo a segregação e produzindo desigualdade (a tão temida desigualdade) dentro do Estado de bem-estar social dinamarquês.

Últimas considerações e mais um curto paralelo

Esse artigo apresenta um recorte do contexto que analiso, e uma primeira abordagem que não abarca diversos aspectos importantes do fenômeno vivido hoje na Europa. Um aprofundamento na história política da Dinamarca e nos dados quantitativos sobre os fluxos migratórios contemporâneos, assim como um leque maior de abordagens sobre a retomada do pensamento conservador na Europa, e um aprofundamento nos conceitos de nacionalismo, etnicidade e multiculturalismo poderiam promover uma reflexão mais crítica, relativizada e rica. O que é apresentado aqui se resume a primeiras impressões de uma experiência que fez com que fosse necessário elaborar as circunstâncias novas nas quais estava inserida.

A partir desse esboço, entendo que o termo integração expressa a lógica que permeia o contato com a diferença na Dinamarca, tanto no nível da elaboração das políticas públicas como no nível do contato cotidiano com os imigrantes. A postura adotada no país hoje remete aos projetos civilizatórios que afirmavam apenas uma direção para o desenvolvimento do Brasil, retórica ainda presente em nosso país, mas cada vez mais debatida e desconsiderada. Viver o movimento feito hoje na Dinamarca diante da imigração me faz acreditar que a nova bandeira levantada pelos movimentos de esquerda no Brasil que clamam igualdade na diversidade estão no caminho certo. Elas resultam da constatação de que as construções míticas sobre uma população mestiça sem diferenças nunca foram suficientes para incluir todos os segmentos da sociedade, uma vez que diferenças continuavam existindo, e em desigualdade. Por isso, incluir sem homogenizar, permitir diferenças sem julgamento de valor e exclusão e respeitar outras formas de expressão cultural são para mim a forma de se alcançar uma sociedade verdadeiramente democrática e livre. O exemplo da Dinamarca, explorado neste artigo, só faz reforçar minha posição. Integrar demandando homogeneidade só faz destacar a diferença e promover mais desigualdade.

10 [What is easily apparent in Danish culture is that the expression of individual autonomy is circumscribed by prescribed forms of public expression. Only some kinds of Self are acceptable, unreigned individualism in public space will not do.]

Submetido em Agosto de 2010

Aprovado em Junho de 2011

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict 2005 [1991]. "Comunidades Imaginadas, Reflexões sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo". Edições 70.
- BUNDGAARD, Hele & GULØV, Eva (2008) "Targetting Immigrant Children: Disciplinary Rationales in Danish Preschools". In: Exploring regimes of discipline: the dynamics of restraint. The EASA series, vol. 8, pp. 42- 56. NY: Berghahn Books.
- (2006) "Children of Different Categories: Educational Practice and the Production of Difference in Day-Care institutions". In: Journal of Ethnic and Migration Studies vol. 32, No 1, January 2006, pp. 145-155.
- GOPAL, Kusum (2004) "Janteloven, The Antipathy to Difference; Looking at Danish ideas of Equality as Sameness". In: Cambridge Anthropology vol. 24, No. 3, 2004, p. 64- 82.
- HUTCHINSON, John & SMITH, Anthony D. (1994) (editors). "Nationalism". New York: Oxford Press.
- KÆRGÅRD, Niels (2006). "The Foundation of the Danish Welfare State: Ethnic, religious, and linguistic harmony" In: The XIV International Economic History Congress, 26th August 2006.
- PIERUCCI, Antonio Flávio (1998) "Cidades da Diferença". São Paulo: 34.
- STOLKE, Verena (1995). "Talking Culture: New Boundaries, New Rethorics of Exclusion in Europe" In: Current Anthropology vol. 36, n. 1, feb.
- (2000) Early Childhood Education and Care Policy in Denmark – Background Report Published by: The Ministry of Social Affairs in consultation with the Ministry of Education. Translation: ad hoc Translatørservice, Copenhagen. In: OECD Internet homepage: <http://www.oecd.org/country/0,3377,en_33873108_33873309_1_1_1_1_1_1,00.html>
- (1993) Minidicionário da língua portuguesa Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, Ed.Nova Fronteira.
- (2003) Collins COBUILD Advanced Learners' English Dictionary, HarpersCollins Publishers.
- (1993) [1933] The New Shorter Oxford English Dictionary in historical principles, Clarendon Press. Oxford University Press.
- BBC <<http://news.bbc.co.uk>> UN facts for Brazil and Denmark.
- Kongehuset <<http://kongehuset.dk/monarkiet>>
- IMAGEM: <https://www.blogger.com/blogin.g?blogspotURL=http%3A%2F%2Fmapssite.blogspot.com%2F2009%2F07%2Fmap-of-europe-black-and-white.html> – acessado em 28 de agosto de 2010.